

Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

• **MONETARY OVERHANG AND REFORMS
IN THE 1940s**
Rüdiger Dornbusch
Holger Wolf

• **ALTA INFLAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO:
GRADUALISMO OU TRATAMENTO DE
CHOQUE**
Fernando J. Cardim de Carvalho

• **A ABORDAGEM MICROECONÔMICA DA
INDEXAÇÃO SALARIAL**
Giácómo Balbinotto Neto

• **“OS NEO-RICARDIANOS” DE FRANK
HAHN**
Roberto Camps Moraes

• **OS NEO-RICARDIANOS**
Frank Hahn

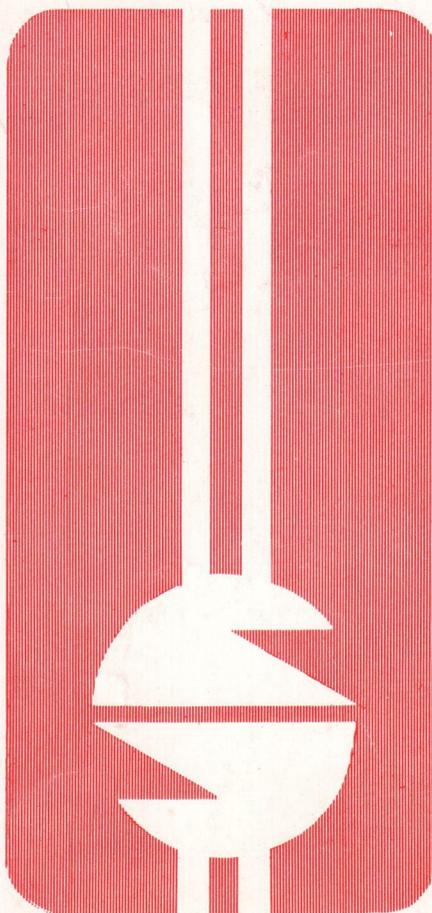
• **INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA E OS GASTOS
EM ALIMENTOS**
João Rogério Sanson

• **CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA
TRIBUTÁRIA**
Raymundo Guimarães

• **EFEITOS ESPACIAIS DA AUTOMAÇÃO
BANCÁRIA**
Moema Castro Debiagi
Otília Beatriz Kroeff Carrion

• **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
QUESTÃO AMBIENTAL**
Ademar Ribeiro Romeiro

• **CONSIDERAÇÕES SOBRE A
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**
Nail de Jesus de Souza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof Tuiskon Dick

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora: Profª Yeda Rorato Crusius

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Reinaldo Ignacio Adams

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Atois Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atois Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ermani Hickmann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto, **Otilia Beatriz Kroeff Carrion**, **Otto Guilherme Konzen**, **Paulo Alexandre Spohr**, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Garlow (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Augusto Lanzer (UFSC), Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andrade (UNB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.)

COMISSÃO EDITORIAL: Atois Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos), Zélide Bregalda (Secretária)

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revista congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação (vide normas na 3ª capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA

Revista **Análise Econômica**

Av. João Pessoa, 52

90.040 – PORTO ALEGRE (RS), BRASIL

Telefones: (0512) 28.1633; 24.6022 – Ramais 3440 e 3507

FAX: (0512) 25.1067

RESUMO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: INDEXAÇÃO SALARIAL: TEORIA E EVIDÊNCIA*

Giácomo Balbinotto Neto

O objetivo da dissertação foi o de fazer uma ampla revisão da literatura, tanto em nível teórico quanto empírico, bem como uma comparação da experiência de 14 países a respeito das cláusulas de indexação salarial.

A importância do estudo da indexação salarial faz-se sentir principalmente em períodos de graves crises econômicas e sociais, quando se procuram estabelecer políticas de estabilização e/ou amenizar os conflitos trabalhistas, assim, não é por acaso que os principais momentos de discussão sobre o tema ocorreram após o final das duas Guerras Mundiais e a partir da primeira metade da década de setenta. No Brasil, esta discussão acentuou-se principalmente na década de oitenta, quando a inflação, as políticas de estabilização e as relações trabalhistas estiveram entre os principais temas discutidos. A delimitação do tema à indexação salarial deve-se, principalmente, a importância do mercado de trabalho, além do que é a indexação salarial que tem suscitado as maiores controvérsias entre os economistas das mais diferentes correntes quanto à sua adoção e às suas implicações e sobre a qual tem-se realizado grande número de estudos empíricos.

A idéia de se indexar os contratos é bastante antiga, podendo ser encontradas referências no Direito Romano, como a cláusula *Rebus sic Standibus*, que procurava manter constante o valor real dos contratos. Ao longo do século XVIII, também encontramos referências no sentido de reajustar os salários. No século XIX, a primeira referência que iremos encontrar é a de Joseph Lowe, que, em 1822, sugere a construção de

* Este trabalho é um resumo da dissertação de mestrado defendida no *Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS em abril de 1990* e que obteve o primeiro lugar no 15º Prêmio BNDES de Economia de 1991. (N.Ed.)

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 9	Nº 16	SETEMBRO, 1991	P. 167-170
-------------------	-------	-------	----------------	------------

uma espécie de índice de preço a fim de reajustar uma série de contratos, entre os quais os salários, com a finalidade de reduzir a incerteza em torno do valor real dos contratos causada pela inflação. Essa proposta foi retomada anos mais tarde por Jevons, Marshall e Fisher. Entretanto, ela nunca foi uma questão consensual entre os economistas, sendo criticada, na época, por economistas como Bagehot e Guiffen. Este foi, em linhas gerais, o desenvolvimento da idéia de se indexar os contratos e os salários, que se manteve, entretanto, somente ao nível de discussão acadêmica, não se registrando nenhuma experiência prática significativa com as cláusulas de indexação salarial ou outros contratos até as primeiras décadas do século XX.

Somente a partir da primeira década deste século é que efetivamente foram adotadas as cláusulas de indexação salarial nos contratos coletivos de trabalho. Isto deveu-se, em grande parte, ao fato de que os índices de preços terem se tornado um bem público e ao crescimento e organização dos sindicatos de trabalhadores. Neste período, as cláusulas de indexação foram adotadas em vários países europeus e nos Estados Unidos. Contudo, sua abrangência era limitada principalmente aos setores mais sindicalizados.

Entretanto, apesar da prática da indexação salarial não ser desconhecida, sendo uma norma relativamente institucionalizada em diversos países, os trabalhos de caráter teórico e empírico sobre a mesma são raros, sendo que os mesmos se limitavam a uma descrição dos sistemas adotados e de suas características, não havendo, de um modo geral, uma preocupação maior com as conseqüências de sua adoção.

Durante a segunda metade da década de vinte e durante a década de trinta, as cláusulas de indexação salarial foram sendo abolidas dos acordos coletivos ou caindo em desuso. A principal razão deste fato deveu-se, em grande parte, à estabilidade dos preços, que caracterizou o período, e ao desemprego registrado, principalmente na década de trinta, o que deve ter arrefecido as aspirações quanto à manutenção do salário real e à incorporação de tais cláusulas nos contratos coletivos de trabalho.

No período correspondente à Segunda Guerra Mundial as cláusulas de indexação salarial foram suspensas na maioria dos países que ainda as adotavam. Isto deveu-se fundamentalmente às políticas de renda adotadas, que geralmente procuravam conter os preços e os salários.

Entre a segunda metade da década de cinqüenta até a primeira metade da década de setenta, o tema ficou praticamente relegado a um segundo plano nas discussões acadêmicas, apesar de ter-se registrado neste período a adoção da indexação salarial em vários países. Contudo, é a partir da segunda metade da década de setenta que o interesse pela indexação salarial toma vulto, principalmente após a publicação de um artigo

de Friedman. Este interesse foi motivado em grande parte pela aceleração da inflação nos principais países desenvolvidos e pelas implicações que tais cláusulas poderiam ter num programa de estabilização, bem como dos efeitos alocativos resultantes de sua adoção. Daí em diante, o tema da indexação salarial passa a ser discutido com um maior rigor analítico, sendo objeto da formulação de diversos modelos que passam a incluí-la explicitamente a fim de verificar suas conseqüências e implicações, bem como dos testes dos mesmos.

Do ponto de vista macroeconômico, foram elaborados diversos modelos, pelas mais diferentes correntes teóricas, a fim de verificar o comportamento das principais variáveis macroeconômicas, tais como os níveis de emprego, produto e preços, bem como dos instrumentos de política econômica, quando tais cláusulas estiveram presentes. Já do ponto de vista microeconômico, as principais preocupações são com os aspectos alocativos de tais cláusulas. A abordagem microeconômica permitirá responder a uma série de questões referentes à sua adoção, implementação e características que assumem tais cláusulas nos contratos coletivos de trabalho. Por fim, ao nível das relações industriais as questões referem-se principalmente ao papel que tais cláusulas poderiam ter nos contratos coletivos de trabalho, a fim de reduzir os níveis de atividade grevista e os custos de negociação dos mesmos.

Assim, nesta dissertação, procurou-se fazer uma ampla revisão desde debate e da evolução do mesmo até os dias atuais.

A dissertação está dividida em sete capítulos. No capítulo um é feita uma introdução onde é dada uma visão geral sobre o tema e sua importância no debate econômico e a evolução do mesmo. No capítulo dois, são apresentadas as experiências de 14 países que adotaram as cláusulas de indexação salarial, onde são vistas as circunstâncias nas quais elas foram adotadas, sua abrangência, os sistemas adotados, as modificações sofridas ao longo do período analisado e o índice adotado. Neste capítulo, foram feitas algumas considerações de caráter geral, a fim de comparar as diversas experiências. Os países analisados foram: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Chile, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Hungria, Inglaterra, Itália e Polônia.

No capítulo três, é feita uma análise de quatro sistemas de indexação salarial: (I) o sistema de recomposição do pico com periodicidade fixa, (II) o sistema de recomposição do pico com periodicidade endógena, (III) o sistema de recomposição parcial do pico com periodicidade fixa e o (IV) sistema de repasses graduais. Aqui é visto que, não é indiferente para os formuladores de política econômica, bem como para os trabalhadores e empresas, a escolha do sistema de indexação, visto que cada um deles possui propriedades e características específicas que influenciarão a dinâmica do salário real, bem como de outras variáveis econômicas.

No capítulo quatro, é apresentada uma resenha teórica e empírica dos principais aspectos macroeconômicos da indexação salarial. Neste capítulo, também é feito um breve relato da evolução do tema desde o início do século XVIII até os dias atuais. Na parte teórica, nos concentramos em torno de seis modelos que consideramos fundamentais para o entendimento das implicações macroeconômicas da indexação salarial: (I) o modelo de Friedman, que reacendeu o debate em torno do tema e de suas implicações numa política de estabilização; (II) o modelo de Gray, que se constitui numa síntese das abordagens monetarista e keynesiana sobre os efeitos macroeconômicos da indexação salarial; (III) o modelo de Modigliani-Padoa-Schioppa, no qual são ressaltadas principalmente as dificuldades e implicações para a formulação de políticas tradicionais de demanda agregada; (IV) o modelo de Arida, no qual são comparados dois sistemas de indexação salarial, evidenciando que, não é indiferente para os formuladores de política econômica, a escolha de um ou outro sistema de indexação; e por fim, (V) (VII) dois modelos neoestruturalistas, no qual mostram como tais cláusulas imprimem um padrão inercial à inflação, mesmo quando as expectativas são racionais. Na parte empírica, foram apresentados os principais trabalhos que procuraram testar as hipóteses de alguns dos modelos vistos na parte teórica.

No capítulo cinco, são apresentados os aspectos microeconômicos da indexação salarial, onde foram vistos cinco modelos: (I) o modelo de Shavell, que procura mostrar quais poderiam ser as causas das diferenças entre os graus de indexação para as unidades de barganha, bem como os fatores determinantes do grau de indexação para uma unidade específica; (II) o modelo de Azariadis, que examina a importância dos contratos de trabalho indexados na alocação dos riscos advindos da inflação incerta durante os ciclos econômicos; (III) o modelo de Ehrenberg-Danziger-San, que procura explicar as causas da variação do grau de indexação salarial entre as unidades de barganha; o modelo de Danziger, que analisa os fatores determinantes da frequência dos reajustes salariais e da atratividade das cláusulas de indexação salarial e, por fim, (V) o modelo de Franco, o qual investiga os incentivos das firmas e sindicatos para adotar tais cláusulas num contexto de alta inflação. Como no capítulo anterior, também são vistos vários testes econométricos, que, de uma maneira geral, tendem a confirmar as implicações dos modelos teóricos.

No capítulo seis, é vista a relação entre a atividade grevista e as cláusulas de indexação salarial. Em nível teórico foi suposto existir uma relação positiva; contudo, os resultados das estimativas econométricas se mostraram inconclusivos. Por fim, no capítulo sete, são apresentadas as conclusões gerais sobre o tema e sugeridas questões para pesquisas futuras.